

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2005.

(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes acerca do atual estágio do processo de estadualização de rodovias federais no estado de Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a V. Ex^a seja requerido ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, que preste as informações esta Casa acerca da estadualização de rodovias federais no estado de Mato Grosso do Sul, constando as seguintes especificações:

- a) Quais rodovias federais e seus trechos que foram efetivamente estadualizadas no Mato Grosso do Sul;
- b) Quais são os respectivos Convênios, suas vigências e valores repassados;
- c) Qual o valor total do repasse de verbas para a manutenção e conservação de rodovias federais no MS, desde da publicação da Medida Provisória nº 82/2002; e
- d) A Polícia Rodoviária Federal continua operando ostensiva e repressivamente nas rodovias que possivelmente estejam estadualizadas?

JUSTIFICAÇÃO

Em dezembro de 2002, o Presidente da República, na época, Fernando Henrique Cardoso, assinou a Medida Provisória nº 82 repassando o valor de R\$ 1,8 bilhões a 15 Estados, incluindo o Mato Grosso do Sul, para a concretização do processo de estadualização de rodovias federais que corresponde à 14.506 quilômetros de BRs.

Porém, segundo o Secretário Estadual de Transportes do Rio Grande do Sul, Alexandre Postal, no site www.maplink.uol.com.br, em 24/05/2004, todos os Estados contemplados com a verba pagaram contas diversas deixando de investir na manutenção e conservação das rodovias.

Para transferir as estradas aos Estados, a União determinou que as rodovias avaliadas como fundamentais e com importância nacional não passariam à gestão estadual e as que ligam duas capitais ou duas cidades de dois Estados, também seriam mantidas no Governo Federal.

Como o dinheiro federal foi repassado aos Estados, mas suas Assembléias Legislativas não aprovaram os processos que reconhecem tais transferências, o Ministério dos Transportes em 2003 deixou de investir nessas rodovias por orientação do Tribunal de Contas da União – TCU.

Para 2005, o Governo Federal disponibilizou ao Ministério dos Transportes a quantia de R\$ 6 bilhões a serem repassados aos Estados, sendo que deste total R\$ 196 milhões estariam destinados ao estado do Mato Grosso do Sul para a manutenção e conservação de aproximadamente 3 mil Km de rodovias, imperceptíveis em nossas estradas até o momento.

As notícias veiculadas pela mídia após a publicação da Medida Provisória nº 82/2002 até o presente momento, levam a crer que foram estadualizadas as BRs 060, 463, 262, 267, 158 e 163. No entanto, mesmo com o repasse de R\$ 196 milhões, estas se encontram em estado crítico.

Preocupa-nos, em especial, a BR-163, das mais importantes no MS e que esta em mais precário estado. São 852 Km de Norte a Sul do estado, deplorável em toda sua extensão: pista com defeitos; acostamento, quando existente, danificado; remendos e deformações; sinalização vertical e horizontal deficientes; projetos de recuperação e manutenção mal executados; e longos trechos urbanos não contornados.

E mais: o excesso de peso dos caminhões acelera o desgaste da estrada. Na Rodovia somente uma balança funciona precariamente, por onde passam cerca de 10 mil caminhões por mês e são lavradas 120 autuações, o que não corresponde a realidade. O tamanho da BR-163 exige implantação de balanças em pontos estratégicos. Vale um adendo: o estado deficiente, ruim ou péssimo das estradas causa redução de velocidade dos caminhões em 40%, em média, segundo a Associação Brasileira da Infra-Estrutura e das Indústrias de Base (Abdib).

Para a imprescindível restauração e alargamento em alguns locais da BR-163, estão previstos no Orçamento Geral da União para 2005, R\$ 40,5 milhões, irrisório diante da necessidade de urgente recuperação dos 388 Km que liga Campo Grande a Sonora, sem reforma a cerca de quinze anos. É prevista a restauração de apenas 15km de terceira faixa, insuficientes para atender o tráfego pesado que ali circula no escoar da safra de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Seria necessário implantar pelo menos 100km de terceira faixa, mesmo porque, a rodovia neste ponto recebe também o fluxo de veículos a pontos turísticos do estado.

A somatória do problema da não precisão nas informações do atual estágio na estadualização de rodovias federais, com os dois anos sem repasse financeiro por parte da União e ainda, a notícia por parte do Coordenador Estadual do DNIT de que o MS está recebendo dinheiro federal para a manutenção e conservação destas rodovias, são o fulcro do presente requerimento, cujo objetivo último é a preservação da vida humana que tem sido perdida às dezenas por nenhuma razão outra que não o estado de nossas rodovias.

Sala das Sessões, em de Outubro de 2005.

GERALDO RESENDE

Deputado Federal - PPS/MS